



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LASEB

**CURSO: COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA: SUJEITOS E PRÁTICAS NO
COTIDIANO ESCOLAR**

JANAINA ANDRÉ DE SOUZA NOGUEIRA

**A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO
DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA**

Belo Horizonte
2019

Janaina André de Souza Nogueira

A COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA

Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista em Coordenação Pedagógica, pelo Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Docência na Educação Básica, da Faculdade de Educação/ Universidade Federal de Minas Gerais.

Orientador: Prof. Dr. Sandro Vinícius Sales dos Santos

Belo Horizonte
2019

Ficha Catalográfica

N778c
TCC

Nogueira, Janaina André de Souza, 1983-

A coordenação pedagógica no processo de inclusão de uma criança com deficiência [manuscrito] / Janaina André de Souza Nogueira. - Belo Horizonte, 2019.
50 f., il.

Inclui bibliografia, apêndices e anexos.

Trabalho de Conclusão de Curso -- (Especialização) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

Orientadora: Sandro Vinícius Sales dos Santos

1. Educação. 2. Educação especial. 3. Educação inclusiva. 4. Educação de crianças. 5. Autismo. 6. Coordenação pedagógica.

I. Título. II. Santos, Sandro Vinícius Sales dos. III. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação.

CDD - 371.9

Catálogo da Fonte* : Biblioteca da FaE/UFMG (Setor de referência)

Bibliotecário: Ivaney Duarte. CRB6 2409

(Atenção: É proibida a alteração no conteúdo, na forma e na diagramação gráfica da ficha catalográfica[†].)

* Ficha catalográfica elaborada com base nas informações fornecidas pelo autor, sem a presença do trabalho físico completo. A veracidade e correção das informações é de inteira responsabilidade do autor, conforme Art. 299, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940 - "Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita..."

† Conforme Art. 297, do Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940: "Falsificar, no todo ou em parte, documento público, ou alterar documento público verdadeiro..."



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
Curso de Especialização em Formação de Educadores para
Educação Básica

ATA DE DEFESA DO SEPTINGENTÉSIMO OITAVO TRABALHO FINAL DO CURSO DE
ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA, SUJEITOS E PRÁTICA NO
COTIDIANO ESCOLAR

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezenove, realizou-se, na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, a apresentação do trabalho final de conclusão do Curso de Especialização em Formação de Educadores para Educação Básica – com o título “**A Coordenação Pedagógica no Processo de Inclusão de uma criança com deficiência**”, do(a) aluno(a) **Janaina André de Souza Nogueira**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores: Sandro Vinícius Sales dos Santos (orientador) e Lisa Mineli Feital. Os trabalhos iniciaram-se às 8h, atendendo a uma escala de apresentações definida pelo(a) orientador(a). Após a apresentação oral do trabalho, a banca examinadora fez uma arguição ao aluno(a). A banca se reuniu, em seguida, sem a presença do(a) aluno(a) e do público, para fazer a avaliação final. Em conclusão, a banca examinadora considerou o trabalho aprovado, atribuindo-lhe a nota 100, conceito A. O resultado final do trabalho foi comunicado ao aluno(a), que deverá encaminhar à Secretaria do curso a versão final em meio digital para (laseb@fae.ufmg.br) e submeter o trabalho salvo em formato PDF/A de acordo com as orientações da Biblioteca universitária da UFMG, Repositório Institucional (www.repositorio.ufmg.br). Nada mais havendo a tratar, eu, Ana Maria de Castro Rocha, secretária do colegiado do curso, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será por mim assinada e pelos demais membros presentes. Belo Horizonte 07 de dezembro de 2019.

Aluno(a) Janaina André de Souza Nogueira
Janaina André de Souza Nogueira

Registro na UFMG: 2018749417

Sandro Vinícius
Sandro Vinícius
Professor(a) Orientador(a)

Lisa Mineli Feital
Lisa Mineli Feital
Professor(a) Convidado(a)/avaliador(a)

Ana Maria de Castro Rocha
Ana Maria de Castro Rocha
Secretária do Colegiado de Curso de Especialização
Em Formação de Educadores para Educação Básica

*Para Wellington e Samuel,
amores que a vida me deu de presente!*

AGRADECIMENTOS

A toda a equipe do LASEB/FAE/UFMG, pela paciência em atender as demandas de uma mãe-professora-coordenadora em tempo integral.

A equipe gestora da EMEI Itamarati, Francislane Soares Pereira Ribeiro, Elisangela Pereira Vidal e Vanessa Soares Oliveira Damasceno, pelo apoio e por comprar as ideias e propostas realizadas na execução desse trabalho.

Às companheiras da EMEI Itamarati, por compreenderem a importância desse trabalho e colaborarem.

Às professoras Daniela de Pinho Acácio, Alcioni Esteves Nunes e a auxiliar de apoio ao educando Glauvilaine Benini Teixeira por gentilmente se disponibilizarem e contribuírem com a pesquisa.

Ao professor Sandro Vinicius Sales dos Santos, pela paciência e incentivo de sempre para que este trabalho se concretizasse.

Aos colegas que conheci nessa jornada da Coordenação Pedagógica do LASEB/FAE/UFMG, pelo companheirismo e parceria.

A meus pais por acreditarem em mim, e as minhas irmãs Jane, Jacqueline e Joice por se envolverem física e emocionalmente comigo nessa caminhada.

Ao meu esposo Wellington, por me motivar e cuidar de mim nos momentos difíceis.

A meu amado filho Samuel, por aliviar meu cansaço com seu sorriso e cuidar de mim com seu abraço!

A Deus por mais essa conquista!

*Diversidade é convidar para a festa,
inclusão é convidar para dançar!
(MYERS, 2012)*

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender como a coordenação pedagógica pode contribuir para a inclusão de uma criança com deficiência, em uma escola de educação infantil da regional Venda Nova, município de Belo Horizonte, Minas Gerais. Atuando na função de coordenadora geral, a autora fazia os seguintes questionamentos: como organizar processos de formação das professoras, como organizar o trabalho docente articulado juntamente com a direção, vice direção e coordenadoras de turno? Como auxiliar as professoras cujas turmas havia crianças com deficiência? Na tentativa de elucidar esses e outros questionamentos, conceitos como educação infantil, coordenação pedagógica e inclusão foram estudados e discutidos com as professoras. Estudamos ainda sobre autismo que é a deficiência presente na criança que é foco desta pesquisa. O plano de ação foi desenvolvido do seguinte modo: foram disponibilizados textos na sala das professoras para estudos nos horários de projeto. Realizamos discussões a luz destes textos e confeccionamos um Plano de Desenvolvimento Individual para desenvolver nas turmas de crianças com deficiência. Em parceria com a professora do Atendimento Educacional Especializado, realizamos uma oficina para confecção de materiais e, por fim, convidamos pais, professores e outros palestrantes para retomarmos a Escola de Pais e juntamente com toda a comunidade escolar, discutir temas relacionados a inclusão. Após essas intervenções percebemos uma mudança na linguagem e postura das professoras quanto a presença de uma criança com deficiência em sua turma. Notamos também que o PDI é um instrumento facilitador de inclusão das crianças com deficiências pois reúne em um só documento informações, avaliações e o desenvolvimento do aluno. Registra também as atividades promovidas para auxiliar as crianças na aquisição de habilidades. Os materiais confeccionados na oficina se transformaram em suporte para as crianças com deficiência e na Escola de Pais, tivemos uma participação significativa e conseqüentemente uma reflexão profunda e abrangente quanto ao tema do projeto institucional deste ano na EMEI Itamarati que foi inclusão. Quanto a Beatriz, foco deste trabalho, sua família retomou a busca por atendimento especializado e até a finalização da intervenção estavam em vias de consecução do passe livre e da Bolsa de Prestação Continuada tendo em vista seu diagnóstico de autismo.

Palavras-chaves: Educação infantil; coordenação pedagógica; inclusão; autismo

ABSTRACT

This work tried to understand how the pedagogical coordination can contribute to the inclusion of a child with disabilities in a kindergarten in the region of Venda Nova, city of Belo Horizonte, Minas Gerais. Acting in the function of general coordinator, the author asked the following questions: how to organize processes of teacher formation, how to organize the teacher's work articulating together with director, vice-director and shift coordinators? How to help teachers with disabled kids in their classroom? In the attempt to elucidate this and other questions, concepts like early childhood education, pedagogical coordination and inclusion were studied and debated with teachers. We studied about autism too, which is the disability present in the child that was focus of this research. The action plan was developed as it follows: texts were made available in the teacher's room for studies in their project time. We debated the content of the texts and created an Individual Development Plan (IDP), to be applied in the classes with disabled kids. Together with the teacher from Specialized Educational Support, we developed a workshop to manufacture materials. Finally, we invited parents, teachers and speakers to resume the Parent's School event and together with the community, debate topics related to inclusion. After the interventions, we noticed a change in the language and behaviour of teachers in the presence of a disabled kid. We also noticed that the IDP facilitates the inclusion of disabled kids because it is a document that puts together informations, evaluations and the development of the student. The document also registers the activities promoted to help the children in the acquisition of skills. The materials made at the workshop became support for the children with disabilities. In the Parent's School, there was a significant participation and a deep and broad reflexion on this year's topic of institutional project in EMEI Itamarati: inclusion. Regarding Beatriz, the main subject of this work, her family resumed the search for specialized support. Up to the end of the intervention, her family was almost getting a free pass and a Benefit of Continuous Provision, given her autism diagnosis.

Key-words: children's education; pedagogical coordination; inclusion; autism.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Fachada da EMEI Itamarati.....	23
Figura 02 - Caixa de textos.....	33
Figura 03 - Material confeccionado na oficina	39

LISTA DE SIGLAS

PDI – Plano de Desenvolvimento Individual

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte

EMEI – Escola Municipal de Educação Infantil

UMEI – Unidade Municipal de Educação Infantil

ACPP – Análise Crítica da Prática Pedagógica

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PPP – Projeto Político Pedagógico

TEA – Transtorno do Espectro Autista

AEE – Apoio Educacional Especializado

PHS – Partido Humanista da Solidariedade

SUMÁRIO

1- APRESENTAÇÃO.....	11
2- REFERENCIAL TEÓRICO	14
2.1 Educação Infantil.....	14
2.2 Coordenação pedagógica.....	16
2.3 Inclusão.....	18
2.4 Caracterização do autismo.....	19
3 – METODOLOGIA.....	22
3.1 A EMEI Itamarati.....	23
3.2 Beatriz.....	25
4- DIÁLOGO COM AS PROFESSORAS SOBRE INCLUSÃO.....	27
4.1 Plano de Desenvolvimento Individual.....	27
4.2 Caixa de texto.....	31
4.3 Entrevistas.....	33
4.4 Oficina de construção de materiais.....	39
4.5 Escola de pais.....	40
5- CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
6- REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	44

ANEXO

APENDICES

1 - APRESENTAÇÃO

Este estudo pretende discutir como a coordenação pedagógica geral de uma escola de Educação Infantil pode contribuir para o processo de inclusão de uma criança com deficiência.

Em fevereiro de 2018, assumi a coordenação pedagógica geral da Escola Municipal de Educação Infantil (EMEI) Itamarati, localizada na regional Venda Nova. Esta instituição apresenta vários desafios, dentre os quais destaco: *como pensar e organizar processos de formação das professoras? Como auxiliar as professoras que atendem crianças com deficiência? De que modo poderia organizar todo o trabalho docente articulando juntamente com a direção, vice direção e coordenadoras de turno?*

Ao atender uma demanda da Diretoria de Ensino, que nos solicitou um quadro com os nomes e deficiências das crianças, identificamos que em nossa instituição havia vinte e uma crianças deficientes matriculadas, dentro de um universo de 440 crianças. Estas vinte e uma, possuem laudos médicos entregues pelas famílias. Então começamos a conversar com as professoras sobre as demais crianças que, do ponto de vista pedagógico, também apresentavam um quadro indicativo de acometimento por alguma síndrome, deficiência ou algo que estava comprometendo o desenvolvimento delas. Esse número subiu para vinte e nove. Percebemos que ao dialogar com cada professora, uma mistura de angústia e resistência tomava conta da nossa conversa. Angústia por não termos formação que contemple as diversas deficiências tão presentes na escola atualmente. E resistência de algumas, possivelmente por ter que estudar mais, fazer um planejamento específico e o mais complexo de tudo: enfrentar as famílias!

Diante da oportunidade de ocupar a coordenação, que permite maior mobilidade dentro e fora da escola, decidi compreender meu papel nessa nova função, para que, com isso, pudesse construir pontes e descobrir junto às professoras, às famílias e em parceria com os órgãos públicos, como a coordenação pedagógica pode contribuir para a inclusão de crianças com deficiência.

Neste cenário, ficam as perguntas: *Como a coordenação pedagógica pode*

contribuir com a inclusão das crianças com deficiência? Como a coordenação pode auxiliar as professoras cujas turmas têm crianças com deficiência? Como a coordenação pode orientar as famílias das crianças que ainda não foram diagnosticadas? E ainda: como a coordenação pedagógica pode unir as orientações dos profissionais especialistas que atendem as crianças com deficiência ao trabalho das professoras em sala de aula?

Desse modo, o objetivo geral desta pesquisa objetivou compreender como a coordenação pedagógica pode contribuir para a inclusão de uma criança com deficiência, de uma turma de 03 anos, do turno da tarde da EMEI Itamarati. Os objetivos específicos foram assim delimitados: i) analisar as fichas da secretaria e colher demais informações com os pais para compreender como se dá o atendimento educacional dessas crianças; ii) investigar que tipo de atendimento especializado estas crianças têm, buscando aproximar os professores da EMEI Itamarati e tais especialistas; iii) compreender, na perspectiva das professoras, quais os efeitos do contato com os profissionais de atendimento especializado contribuiriam (ou não) para a inclusão das crianças; iv) verificar junto aos professores a importância de oficinas específicas que contemplem a maioria das deficiências presentes na escola; v) organizar junto com os professores do AEE (Atendimento Educacional Especializado) encontros com as professoras a fim de ouvir as principais demandas; vi) refletir juntamente com a família e professoras se as ações realizadas de fato auxiliaram na inclusão da criança na EMEI Itamarati.

Esta pesquisa pretende orientar os profissionais que ocupam o lugar de coordenação dentro das instituições públicas de educação, a voltarem seu olhar para a criança com deficiência e buscar auxiliar os professores e a própria criança a ser incluída no ambiente escolar. A cada dia, mais crianças com algum tipo de deficiência têm chegado nas escolas e é uma de nossas atribuições, incluir todas elas, não só como direito, mas como dever! Cabe ao professor compreender e avaliar os processos de desenvolvimento da criança e tentar garantir a integralidade de seu desenvolvimento, buscando se necessário, o apoio de outros órgãos que também atendem ou deveriam atender seu aluno. A Lei de Diretrizes e Bases 9394, na seção II, sobre Educação Infantil, artigo 29 diz que:

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança, até seis anos de idade, em seu aspecto físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. (MEC, 1996)

O Ministério da Educação, através da Secretaria de Educação Especial, criou uma coleção a fim de qualificar a prática pedagógica dos professores que identificarem alguma criança com deficiência em sua turma e aconselha o professor a:

- Procurar a coordenação da escola para discutir o assunto;
- Coordenação e professor deverão chamar imediatamente os pais para uma conversa franca, perguntar se já tinham alguma desconfiança e orientá-los no sentido procurar esclarecimentos médicos e traçar planos de trabalho conjunto a curto, e médio prazos;
- Preparar-se para ajudar seu aluno. (BRASIL, 2004, p. 14).

O documento diz ainda que para “viabilizar a inclusão na escola regular é indispensável contar com salas de apoio e professores especializados para que seja realizada com êxito a inclusão desses alunos”. Portanto se faz necessária a articulação do coordenador pedagógico com os professores a fim de buscar mais conhecimento sobre as deficiências presentes na escola e auxiliar a criança e sua família a ser incluída nos processos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2004, p. 25).

2 - REFERENCIAL TEÓRICO

Este capítulo tem como objetivo apresentar os aportes teóricos que subsidiaram a construção do plano de ação e as análises posteriores. Serão apresentados os conceitos de Educação Infantil, Coordenação Pedagógica, Inclusão e Autismo.

2.1 Educação infantil

A Educação Infantil em Belo Horizonte, até início dos anos 2000, era ofertada por creches e pré-escolas geridas, em sua grande maioria por organizações não governamentais que não contavam com uma lei que a regulamentasse e normatizasse sua forma de funcionamento.

Somente após a publicação da Lei Municipal 7.543/98, que com ela também criou o Conselho Municipal de Educação é que houve uma regulamentação da Educação Infantil, com normas e diretrizes para atender a criança de 0 a 6 anos. Com a criação do Conselho, as instituições que ofertavam atendimento a criança pequena, tiveram que se adaptar à nova legislação vigente e quando isso não acontecia, corriam o risco de serem fechadas. A imposição de regras e a fiscalização fez com que a qualidade no serviço prestado se tornasse o objetivo principal e não o de encher os estabelecimentos escolares de crianças.

Para garantir a qualidade da educação ofertada nas instituições de ensino que atendiam a Educação Infantil foram feitos alguns desdobramentos como:

“... abertura de turmas de quatro e cinco anos em escolas de Ensino Fundamental; oferta de cursos de formação e de habilitação do professor da Educação Infantil; construção de processo amplo de discussão com vistas a construir diretrizes para elaboração dos regimentos escolares de acordo com as diretrizes mais gerais do Sistema Municipal de Ensino, através da participação das instituições conveniadas na Constituinte Escolar. (DALBEN 2002, pg 31).

Quesitos como localização de moradia, idade, cor da pele, renda e escolaridade dos pais, especialmente da mãe, são fatores significativos quanto ao acesso a Educação Infantil oferecidas às crianças brasileiras.

Em Belo Horizonte, no 18 de setembro de 2018, foi publicado no Diário Oficial do município a Lei 11.132 que estabeleceu a autonomia das UMEIS (Unidade

Municipal de Educação Infantil), transformando-as em EMEIS (Escola Municipal de Educação Infantil), além de criar os cargos de Diretor, vice-diretor e coordenador pedagógico geral.

Esta Lei é uma decorrência de um movimento de greve dos profissionais da Educação Infantil de Belo Horizonte, que paralisaram os trabalhos por cinquenta e dois dias em mais de 70% das EMEIs. As principais reivindicações foram revisão da carreira docente na Educação Infantil e aumento dos níveis das progressões na tabela salarial, que passou de 15 para 22 níveis. Após várias tentativas de negociações com a prefeitura, no dia 14 de junho de 2018, houve um acordo entre os representantes do movimento e o prefeito Alexandre Kalil (PHS). Com a promulgação da Lei, as escolas municipais de Educação Infantil deixaram de ser comandadas pelo diretor da escola polo e passaram a ser administradas por um diretor eleito na própria instituição.

Em 31 de outubro do mesmo ano, o decreto 17005 apresentou as atribuições concernentes aos cargos comissionados criados na Lei já citada. No artigo 3º, especifica-se as funções determinadas para o coordenador pedagógico:

Art. 3º – São atividades das funções públicas comissionadas de Coordenador Pedagógico Geral I e de Coordenador Pedagógico Geral II, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Lei nº 11.132, de 2018:

I – responsabilizar-se pelos processos de gestão da frequência escolar, da permanência, da aprendizagem e do desenvolvimento dos estudantes;

II – responsabilizar-se pela articulação entre os diversos programas e projetos educacionais desenvolvidos na unidade escolar;

III – planejar e organizar os conselhos de classe de cada nível ou modalidade de ensino como instância máxima dos processos avaliativos;

IV – coordenar as ações de formação continuada para professores;

V – articular, em conjunto com a equipe de coordenação pedagógica da unidade escolar, o planejamento participativo da gestão pedagógica, com vistas à promoção da aprendizagem e da permanência dos estudantes;

VI – participar de cursos de atualização e aperfeiçoamento promovidos ou ofertados pelo Poder Executivo;

VII – responsabilizar-se por outras atividades que, em virtude de sua natureza ou de disposições regulamentares, estejam circunscritas ao âmbito de sua competência;

VIII – apoiar as ações instituídas na unidade escolar com vista à construção coletiva do projeto político pedagógico da unidade escolar e coordenar sua execução e permanente atualização;

IX – apresentar estudos, relatórios ou dados relativos aos processos de avaliação demandados pelo diretor da unidade escolar;

X – zelar pelo atendimento à comunidade escolar nas questões relativas à atividade educacional e à vivência escolar dos educandos;

XI – apoiar o diretor nas atividades administrativas e substituí-lo, em sua ausência, nas Emeis em que não houver vice-diretor;

XII – desenvolver outras atividades definidas em regulamento próprio ou que, em virtude de sua natureza, estejam circunscritas ao âmbito de sua competência. (BELO HORIZONTE, 2018)

A criação do cargo comissionado de coordenador geral, oportuniza a este profissional estar em horário integral na escola. Favorece para que conheça mais de perto a comunidade escolar e tenha condições de melhor acompanhar o desenvolvimento das crianças, assim como o trabalho dos professores.

Dar autonomia para as EMEIs, é demonstrar cuidado com a educação infantil, o que é necessário por sua especificidade. Enxergar os profissionais que ocupam os cargos que reúnem o cuidar e o educar, como especialistas da educação, contribui significativamente para valorização deste especialista e conseqüentemente, a uma oferta de educação de qualidade.

2.2 Coordenação Pedagógica

No contexto cotidiano das escolas municipais de Belo Horizonte, muitas são tarefas, que fazem parte da rotina do coordenador pedagógico. Um turbilhão de atividades que dificilmente seguem uma ordem ou apresenta uma rotina. De acordo com Carneiro, Moreira e Souza (2014), após analisarem a literatura do campo educacional sobre a coordenação pedagógica constataram que este profissional

[...] vem se consolidando como ator social e agente facilitador na escola, com a incumbência de acompanhar, orientar e inferir qualitativamente sobre as práticas pedagógicas, implementando ações que deem suporte teórico-metodológico ao professor, fomentando práticas pedagógicas transformadoras, visando favorecer um aprendizado contínuo e aos sujeitos envolvidos, sem desconsiderar que o ensino-aprendizagem não se dá de maneira isolada. (CARNEIRO, MOREIRA e SOUZA, 2014, p. 32).

Reunir-se com os professores e convencê-los de que o coordenador não é aquele que sabe tudo, que tem todas as respostas e que sempre sabe como direcionar a conduta com uma criança, vem se mostrando uma tarefa bastante complexa. Por diversas vezes é possível ouvir dos colegas que o coordenador é que sabe como fazer, então deixe que ele(a) resolva. Em outros momentos, os questionamentos também perpassam por comparações como se o coordenador nunca tivesse ocupado o lugar do professor e então se deseja ardentemente que este profissional volte para a sala de aula, para ver como será sua conduta. Muitos profissionais apresentam dificuldades ao serem pontuados em algo que ainda necessitam aprimorar, e quando pontuados, optam por disseminar a ideia de que o coordenador cobra, por não se colocar em seu lugar na sala de aula.

Outra atribuição do coordenador pedagógico é buscar a interação entre as famílias e a escola. Pereira e Costa (2014) consideram que

Para estreitar laços entre as duas instâncias, contudo, o papel do coordenador pedagógico parece fundamental. É esse profissional que vai, juntamente com a gestão e os professores, pensar em estratégias que visem aproximar a família do contexto institucional (PEREIRA e COSTA, 2014, p. 163).

Trazer os pais para a instituição e fazê-los participar da vida escolar das crianças, em uma época que elas vêm e voltam à instituição acompanhadas por babás ou monitores de transporte escolar, tem se tornado o grande desafio do tempo em que estamos vivendo. Temos empreendido esforços para mudar essa realidade. Ora convidamos pessoalmente os pais para os eventos da escola, ora intimamos de forma descontraída chamando a sua atenção para uma participação efetiva que conseqüentemente acarretará em uma parceria na educação da criança.

Promover a formação continuada dos professores, valorizando as práticas que estão dando certo, é outra demanda do coordenador pedagógico, já que este se configura como

um profissional de extrema relevância no processo educacional, pois compreende a escola enquanto um espaço educativo, de formação, construídos pelos seus membros, devendo ser “um lugar em que os profissionais podem decidir sobre seu trabalho e aprender mais sobre sua profissão” (Carneiro, Moreira e Souza, 2014, p.34)

Nesse sentido, durante os horários de projeto, ao longo deste ano, foram promovidos na EMEI, momentos de leituras e debates de assuntos referentes a Inclusão, tema do projeto Institucional. Foram tratados temas como Autismo, integração x inclusão, Plano de desenvolvimento Individual e outros, promovendo discussões entre as docentes e conseqüentemente aprimoramento dos conhecimentos já adquiridos – o que será discutido em profundidade mais adiante.

2.3 Inclusão

A escola é uma das primeiras instituições que a criança frequenta ainda pequena. Este local precisa oferecer os subsídios necessários para que a criança se sinta acolhida, protegida e respeitada. Isso inclui a criança com deficiência.

No Brasil, apenas na década de 90, após participar de uma reunião convocada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, é que de fato teve início o movimento de inclusão. Nesta reunião, foi produzida uma Declaração Mundial que traz objetivos fundamentais para a educação. Valorizar a cultura de cada um, ser tolerante, trabalhar pela paz e pela solidariedade entre outros, são alguns dos objetivos descritos. Mesmo que o movimento pela inclusão tenha iniciado há quase trinta anos, encontramos ainda muitas barreiras físicas, intelectuais e financeiras para que ela de fato aconteça.

Presenciamos em nossa escola, muitas famílias com crianças que demonstram a necessidade de uma avaliação médica e que mesmo de posse de um minucioso relatório das professoras, aguardam por vários meses (e até anos) para conseguir uma consulta. Somente após um laudo comprobatório da deficiência é que a criança poderá ser encaminhada para atendimentos especializados e também ser assistida por um auxiliar de apoio ao educando.

Segundo REIS (2018), a inclusão é uma forma de possibilitar um encontro com a diversidade e as diferenças. Contudo, a escola assume o papel de se adaptar para atendê-los, mas de forma eficiente, independente do seu grau de comprometimento. Para que a escola possa receber a criança com deficiência e promover o acesso a todos os seus direitos garantidos por lei, necessita também do apoio da Saúde. Uma vez efetivada a parceria entre saúde e educação, tendo em vista que de um lado, a instituição conta com uma presença maior das crianças durante a semana, e de outro lado a saúde que conta com técnicas e saberes que nós professoras desconhecemos devido as suas especificidades, poderemos vislumbrar o início do processo de inclusão.

REIS (2018) ressalta que falar de uma sociedade inclusiva é mostrar uma sociedade que esteja preparada para receber o indivíduo e atender suas necessidades. E não é isso que vemos nas escolas. Mesmo tendo acesso aos documentos que legislam sobre a educação muitos professores não flexibilizam o currículo e a forma de avaliar e ensinar a criança. E isso é permitido e sugerido nos Parâmetros Curriculares Nacionais:

Não se trata, de acordo com a proposta, de inventar um novo currículo, mas adaptá-lo. O documento orienta os professores para definir critérios que especifiquem o que o aluno deve aprender; como e quando aprender; que formas de organização do ensino são mais eficientes para o processo de

aprendizagem; como e quando avaliar o aluno (GONZAGA e BORGES, 2018 p. 166).

Diante desse fato é questionado o porquê de o professor não mudar a sua forma de ensinar e principalmente avaliar a criança com deficiência. Estariam os professores duvidosos quanto a validade de testar os conhecimentos das crianças deficientes da forma não usual das demais crianças?

Para incluir a criança com deficiência na escola, em 2016, foi sancionada a Lei Brasileira de Inclusão 13.146, que prevê um mediador em sala de aula para assistir a criança com deficiência. A equipe de profissionais que atendem a criança, indicará a necessidade ou não de um mediador, por toda a vida escolar ou parte dela. A equipe da escola deverá estar atenta quanto ao perfil do mediador. Na visão de Gomes 2018

[...] é necessário que tenha conhecimento sobre o autismo e compreenda seu papel junto ao aluno.(...) ele deve mediar as relações do aluno, tanto com os colegas (aspecto fundamental para o aluno com autismo, que tem dificuldades em estabelecer ou manter o contato) e em outras situações com o próprio objeto de conhecimento, facilitando o acesso da criança ao que é ensinado (GOMES, 2018, p. 168).

Refletindo sobre as orientações legais para que a inclusão aconteça, é espantoso constatar que ainda temos muito o que estudar, compreender e colocar em prática para garantir a aprendizagem das crianças com deficiência.

2.4 Caracterização do Autismo

Ao apresentar seus estudos sobre o desenvolvimento e aprendizagem de estudantes autistas, Reis (2018) cita Gauderer (2000) para definir autismo. Para Gauderer, o autismo consiste em

[...] uma inadequacidade no desenvolvimento que se manifesta de maneira grave por toda a vida. Acomete cerca de vinte entre cada dez mil nascidos e é quatro vezes mais comum entre meninos do que meninas. É encontrado em todo o mundo e em famílias de qualquer configuração racial, étnica e social. Não se conseguiu até agora provar nenhuma causa psicológica, no meio ambiente destas crianças, que possa causar a doença (GAUDERER, 2000, p.3).

De acordo com o parágrafo 1º da Lei 12764 de 27 de dezembro de 2012, é considerada pessoa com Transtorno do Espectro Autista, aquela que apresenta:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação

verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos. (BRASIL, 2012)

Equiparar a pessoa com autismo a uma pessoa com deficiência faz com que tenha direito ao BPC (Bolsa de Prestação Continuada), recebendo auxílio financeiro, sem que seja necessário comprovar contribuição anterior. Benefício garantido pela Lei 8742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS).

No cenário escolar, falta de contato visual, expressão verbal ausente ou empobrecida, ecolalia, dificuldade de atenção e concentração, interesse obsessivo por determinado objeto e falta de interação com as outras crianças e profissionais da escola, trazem um misto de sentimentos nos professores. Há poucos anos atrás, quando ainda não havia definição para este conjunto de características, após tentativas frustradas de inserção desta criança na escola, o professor acabava por excluir o aluno das vivências escolares, não por intenção, mas por falta de conhecimento.

Hoje, mesmo que ainda não se saiba exatamente o que causa o autismo, já existem equipes multidisciplinares que basicamente contam com: fonoaudiólogo, psicólogo e terapeuta ocupacional, para auxiliar as crianças autistas a desenvolverem as habilidades comprometidas pelo transtorno. Além de darem suporte às famílias, estes profissionais trazem para a escola valiosas sugestões de como atender melhor as crianças.

Contudo ao ser considerada deficiente, a criança autista pode ter atrelado ao seu desenvolvimento uma incapacidade que na verdade não existe. Olhar a criança autista como deficiente pode trazer para o professor a certeza de que essa criança não aprende. Quanto a esse problema, REIS (2018) destaca:

Um dos paradigmas a ser quebrado é a cultura organicista que é representada por diagnósticos incapacitantes e políticas assistencialistas que distanciam crianças, adolescentes e adultos com autismo da possibilidade de aprenderem em igualdade de oportunidades. (REIS, 2018, p. 124)

O Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Especial, elaborou a coleção “Saberes e práticas da inclusão”, contendo 09 fascículos que

tratam de algumas deficiências presentes nas escolas. No 3º fascículo, traz orientações, conceituações e sugestões para aprimorar a prática docente e assim viabilizar o atendimento da criança autista. Entre elas estão: dizer frases curtas, elogiar comportamento desejáveis, promover interação com um colega que a criança expresse mais afinidade, desviar a atenção da criança para outra atividade quando esta estiver em momento de ecolalia ou movimento estereotipado.

Diante das variadas sugestões de atitudes e recursos para promover a inclusão das crianças com TEA, percebemos que o estudante diagnosticado com esse transtorno, aprende sim, mas necessita de incentivos, estímulos, avaliações e um trabalho articulado entre família, escola e profissionais especializados para auxiliar o seu desenvolvimento.

Na intenção de colocar em práticas os conhecimentos adquiridos no local da intervenção desta pesquisa, desenvolvemos a metodologia a seguir.

3 - METODOLOGIA

Em função das especificidades deste estudo, que objetiva compreender qual a importância da coordenação pedagógica no processo de inclusão da criança autista, optamos pela abordagem qualitativa de pesquisa. Para Minayo (1994), a abordagem qualitativa de pesquisa opera:

com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos a operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 22).

Assim, um plano de intervenção foi construído com vistas a possibilitar a produção de dados que permitissem a compreensão dos modos como a coordenação pedagógica pode contribuir para o processo de inclusão nas escolas de educação infantil. Este plano de intervenção possuía as seguintes fases:

Foram realizados levantamentos bibliográficos para esclarecer conceitos como: Educação infantil, Coordenação Pedagógica, Inclusão, Autismo, AEE (Atendimento Educacional Especializado), etc; que serviriam tanto para o referencial teórico do trabalho como para o cotidiano das profissionais de EMEI Itamarati. Neste mesmo processo, foram selecionados materiais com temas relevantes para este trabalho, que também foram separados para realização de estudos com as professoras a fim de apontar estratégias para melhor atendimento pedagógico da criança.

A segunda fase do plano de intervenção compreendeu a organização de entrevistas com a família da criança autista, com as professoras e com a auxiliar da turma com vistas a compreender os avanços e desafios que elas verificam na prática; no processo de inclusão da criança autista.

Por fim, foi realizado contato com a acompanhante da regional responsável por assessorar nossa escola na inclusão das crianças com deficiência, do AEE, para realizar palestra, rodas de conversas e oficinas sobre Autismo junto às professoras. Em reunião com as professoras, também decidimos convidar uma mãe de uma

criança autista, que é psicopedagoga, para realizar uma palestra na Escola para professores e familiares das crianças.

A realização deste plano de ação, como veremos, possibilitou momentos de discussão e compartilhamento de experiências entre pais e convidados, uma vez por mês sobre temas pertinentes ao Projeto Institucional de nossa escola e assuntos de interesse da comunidade. A mãe, que é formada em psicopedagogia, aceitou o convite, e tivemos uma participação bastante significativa da comunidade escolar. Essa parceria nos rendeu, dentre outros frutos, uma publicação na intranet da educação da Prefeitura de Belo Horizonte.

3.1 A EMEI ITAMARATI

A Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati foi construída para atender principalmente a comunidade Vila do Índio e foi votada no Orçamento Participativo – OP 2007/2008 e entregue à população em 2010. A instituição custou aos cofres públicos R\$ 2.246.181,36.

Está localizada à Rua Comanches, número 245 – Bairro Santa Mônica. Atualmente conta com duas turmas de integral, sendo uma composta por 11 crianças com idade entre 01 e 02 anos, e outra com 17 crianças, com a faixa etária de 02 a 03 anos. A EMEI atende ainda mais onze turmas parciais no turno da manhã e onze turmas parciais no turno da tarde.

Figura 1: Fachada da EMEI Itamarati



Fonte: arquivos da pesquisa.

A Itamarati possui uma área construída de 842.43m², em um terreno de 3035m² e nos termos do art. 13 do Decreto nº 13.379/2008 – Portaria SMED nº 154/2010 recebeu a classificação II, em 22 de novembro de 2010.

A escola conta com um parquinho na frente da escola com mesa e bancos de cimento e um escorregador com espaço de escalada, comprado recentemente. No parquinho dos fundos, temos um gira-gira, um escorregador, quatro balanços e um foguetinho. Conta ainda com um pula pula, um balaço coletivo, que cabe 4 crianças ao mesmo tempo e outro balanço coletivo com capacidade para até 8 crianças simultaneamente. Na hora da diversão, as crianças contam ainda com velotróis e podem se aventurar também nos oito jogos pintados no pátio da escola. A escola tem também uma piscina de bolinhas, super disputada pelas turmas de 0 a 3 anos.

Temos uma sala de multimeios, com televisor, aparelho DVD, também armazena materiais como sabonete, shampoo, papéis coloridos, E.V.A's, filmes, CDteca, fantasias, material para a prática de esportes e ainda fantasias e outros brinquedos.

O Projeto Político Pedagógico (PPP) da EMEI Itamarati foi construído entre os anos 2015 e 2017 com a colaboração de toda a comunidade escolar e profissionais da escola.

Quanto à inclusão, no PPP está prevista uma avaliação pela equipe do Núcleo de Inclusão da Gerência de Educação Regional, do laudo médico comprobatório da deficiência e conseqüentemente a disponibilidade de um auxiliar de apoio ao educando caso se confirme a necessidade deste.

O documento diz também sobre a importância da formação dos professores para

fazer inclusão e garantir aprendizagens, torna-se necessário fortalecer a formação dos professores e criar uma rede de apoio entre os docentes, pais, funcionários e profissionais da saúde que atendem as crianças portadoras de necessidades especiais (PPP da EMEI Itamarati, 2017, p. 82).

Sabemos que para que a Educação Inclusiva ocorra, além de um constante preparo dos professores através de formações, a busca por mais conhecimentos e também orientações da equipe médica, se faz necessário também criar um ambiente acolhedor em que as diferenças sejam respeitadas e as limitações superadas paulatinamente. Nessa perspectiva a EMEI Itamarati

Inclui em sua proposta pedagógica a filosofia do educar para a inclusão, de modo que as diferenças sejam respeitadas e não discriminadas. Dessa forma, a instituição busca oferecer às crianças com deficiência, assim como todas as outras, condições plenas de vivenciar esse aspecto de educação e cultura. Acredita-se que se essas questões forem bem trabalhadas, não precisaremos de leis que promovam a inclusão e garantam direitos, porque a pessoa com deficiência passará a ser uma pessoa com condições plenas de exercer seus direitos como qualquer outra. (PPP da EMEI Itamarati, 2017, p. 36)

Crianças, famílias, professores e toda a comunidade escolar, imbuídos pela clareza sobre a educação inclusiva, farão de nosso país um país inclusivo e que conseqüentemente respeitarão as diferenças.

3.2 Beatriz¹

Beatriz, está com 3 anos e 7 meses. Chegou à nossa escola, em março deste ano. Em conversa com a família, soubemos que ela foi diagnosticada aos 3 anos, com Transtorno do Espectro Autista. Contudo ainda não passou por psiquiatra infantil ou neuropediatra que poderão contribuir de forma mais assertiva para o tratamento da menina. No início do ano, ela chegava à escola muito agitada. Segundo a família, Beatriz tem péssima rotina de sono, adormecendo tarde da noite, o que faz com que a criança, comumente, chegue à escola pouco tempo depois de despertar.

Beatriz ainda usa fraldas, e em casa utiliza mamadeira, além de necessitar de apoio para se alimentar e cuidar de sua higiene pessoal. Brinca sozinha na sala, mesmo estando junto aos colegas. Não verbaliza nenhum tipo de sentimento ou necessidade e aparentemente não se interessa por atividade de registro. Seus pais estão desempregados. O pai é analfabeto e a mãe, semialfabetizada. O casal tem outra filha com a idade de 09 anos.

Convidamos a família de Beatriz, para uma reunião inicial a fim de conhecer um pouco mais a criança e solicitamos que fosse preenchida uma anamnese fornecida pela escola. Na reunião, a família informou que somente no ano passado, 2018, é que receberam um relatório da pediatra que atende Beatriz, informando que a criança apresenta características de comportamento compatíveis com TEA (Transtorno do Espectro Autista). Este relatório informa ainda que a criança necessita de auxílio para executar atividades básicas como se alimentar e cuidar de sua higiene pessoal, além

¹ Para efeito da escrita deste texto, todos os nomes, tanto da criança quanto das professoras e auxiliar, são fictícios, garantindo o anonimato e a confidencialidade dos participantes da pesquisa.

de transtornos no sono. De posse deste relatório, a secretaria da escola enviou uma cópia para a Diretoria de Inclusão, ratificando a necessidade de uma auxiliar de apoio ao educando para a turma de Beatriz.

A turma na qual Beatriz está inserida conta com uma professora referência, uma professora de projeto e uma auxiliar de apoio ao educando. É relevante informar que na turma também há uma criança com laudo de microcefalia, com a qual Beatriz passa mais tempo, tendo em vista que as duas permanecem mais próximas da auxiliar. Contudo Beatriz não interage com nenhuma das crianças da turma.

No decorrer da ACPP (Análise Crítica da Prática Pedagógica) foi repassado para a família de Beatriz, que ela seria foco deste trabalho e que para tanto seriam necessárias reuniões e entrevistas para melhor organização das fases da intervenção. Neste período, o pai de Beatriz sofreu um infarto o que acabou por afastar a família da escola por um longo período inviabilizando a conclusão das atividades propostas pelo orientador.

4. - DIÁLOGO COM AS PROFESSORAS SOBRE INCLUSÃO

Serviram como base para este capítulo as diferentes estratégias organizadas em nosso plano de ação, que foram: o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI), a Caixa de textos, as entrevistas, oficina de construção de materiais e Escola de Pais.

4.1 – Plano de Desenvolvimento Individual (PDI)

Após estudos com as professoras de vários textos sobre Autismo, nos deparamos com uma ferramenta chamada PDI (Plano de Desenvolvimento Individual). Esse instrumento comumente usado por professores do AEE, foi percebido como uma possibilidade real de avaliação das habilidades já adquiridas pela criança e também sobre àquelas que ainda precisam ser desenvolvidas.

O PDI consiste em uma ficha que contém a anamnese e dados pessoais da criança. Consta ainda habilidades que devem ser observadas na criança afim de favorecer o planejamento das atividades a ser executadas com toda a turma. Ao identificar as habilidades que ainda necessitam ser desenvolvidas, o professor deve incluir no planejamento alguma atividade que favoreça a aquisição da habilidade pela criança deficiente, envolvendo os colegas simultaneamente. O PDI almeja também criar uma comunicação entre os profissionais que atendem a criança e também a família. Ao invés de acumular várias tentativas de atividades desconectadas com a criança deficiente, para saber o que ela dá conta de fazer, o professor consulta o PDI onde já está registrado o que foi feito para aquisição de determinada habilidade e parte para outras alternativas. Sobre isso, Gonzaga e Borges (2018) afirmam:

Por ser um instrumento norteador, que orienta o trabalho do professor e acompanha o desempenho do aluno, funciona também como um relatório para o próximo professor, com objetivo de se construir uma intervenção continuada e não um somatório de intervenções desconectadas. (GONZAGA, BORGES 2018, p. 170).

Com o propósito de verificar a eficácia do uso do PDI, ficou combinado com as professoras que apenas aquelas que tinham em sua turma alguma criança com laudo médico indicando deficiência, iriam aplicar o Plano de Desenvolvimento Individual e responder a um questionário. Em um universo de doze professoras, apenas sete responderam.

A primeira pergunta, queríamos saber sobre o uso do PDI com a criança com deficiência. E as professoras responderam:

O PDI na educação infantil é importante, mas é necessário ter condições para executá-lo. Preparar uma atividade individual para atender uma criança com deficiência é ideal. Já tive em anos anteriores na sala uma profissional do AEE, que aplicava e auxiliava nestas atividades, ela acompanhava uma criança com autismo. Ele frequentava a sala do AEE em extra turno e ela acompanhava ele um dia na semana no turno que ele estudava. Acho que daria muito certo, se tivéssemos este suporte na educação infantil, onde repito, as crianças são muito dependentes e imaturas. (Professora Aline- turma de 4 anos)

Na minha turma de 4 anos, tive dificuldades pois as crianças apresentam alguma característica para que justifique a inclusão estão sem laudo médico e por não saber a verdadeira deficiência ainda estou trabalhando com possibilidades e nesse caso não acredito ser muito abrangente. Mas acredito que quando se tem um laudo e um caminho certo a ser seguido é interessante, mas nunca esquecendo que as crianças na educação infantil estão em pleno desenvolvimento e a maioria das atividades que são oferecidas para a turma, possibilita o desenvolvimento das crianças com inclusão. Como na educação infantil trabalhamos um desenvolvimento amplo e respeitando o tempo da criança, o PDI se torna um pouco redundante na minha opinião. (Professora Melissa – turma de 04 anos)

O PDI ajuda a formular estratégias para trabalhar com as crianças. Ao fazer o PDI pude perceber que a todos os momentos sempre estamos fazendo intervenções para o desenvolvimento das crianças. O PDI é apenas uma forma de estruturar o que já é trabalhado em sala. (Professora Kauane – turma de 03 anos)

Ressalta- se que essa criança é aluno dessa instituição desde os 3 anos, quando teve o diagnóstico através de uma solicitação de avaliação médica feita pela escola. Atualmente essa criança acompanha todas as atividades realizadas com a turma, apresentam poucas limitações. Sendo assim, a proposta de intervenção para ele foi em relação a oralidade e desenvolvimento de registro e sequência lógica. Para tanto, como estamos na Educação Infantil, essas habilidades são trabalhadas o tempo todo com todas as crianças. Contudo, o PDI foi um instrumento que agregou a proposta de trabalho para a criança com deficiência e demais alunos. (Professora Magnólia – turma de 05 anos)

Eu avalio como positivo. Porque nos permite, na correria de nossos dias, melhorar nosso atendimento aos alunos com deficiências, na tentativa de adaptar o currículo escolar com suas reais necessidades. (Professora Sandra – Turma de 05 anos)

Penso que o uso do PDI na educação infantil contribui para uma melhor visualização do percurso pedagógico do aluno na educação infantil, onde é possível perceber as diferenças, considerá-las e intervir de modo a promover o desenvolvimento do aluno, no entanto, é complexo mensurar mesmo que de forma qualitativa o desenvolvimento de crianças com NEE, sem um apoio da área da saúde. (Professora Carmélia – turma de 03 anos)

O PDI é um importante recurso que nos ajuda a direcionar o trabalho para atender as necessidades dos alunos, com ele é possível criar estratégias que vão tornar acessível o conhecimento e auxiliar no seu desenvolvimento. (Professora Isadora – turma de 02 anos)

As professoras Kauane, Magnólia, Sandra e Isadora, avaliaram como positivo o uso do PDI para as crianças com deficiência de sua turma. Vislumbraram dentre outras possibilidades, a oportunidade de pensar as atividades do planejamento de forma que incluísse as crianças com deficiência. A professora Carmélia ressalta a necessidade de um apoio da equipe da saúde para melhor avaliar o desenvolvimento de meninos e meninas. Por fim, a professora Aline diz sobre a necessidade de ter um apoio de outra professora para que possa dar atenção e executar uma atividade diferenciada com a criança deficiente. Enfatiza que nessa fase da vida, as crianças são muito imaturas e dependentes o que dificulta uma atenção individualizada sem ter o apoio de outro profissional. E a professora Melissa acredita que as atividades propostas na educação infantil já incluem por si só as crianças com deficiência.

Quanto a observação da professora Melissa, Gonzaga e Borges (2018), ressaltam que “o PDI cumpre sua função quando instaura um olhar individualizado ao aluno público alvo da educação especial com o objetivo de garantir-lhe o direito ao aprendizado dentro da escola”, e entendemos que a Educação Infantil por si só não consegue individualizar esse olhar e conseqüentemente incluir a criança com deficiência (GONZAGA e BORGES 2018, p 170).

Gonzaga e Borges (2018) destacam que para que aconteça a “Educação para todos” se faz necessário reconhecer as especificidades do sujeito e as características singulares de cada um. Nas palavras das autoras:

A educação da criança com Transtorno do Espectro Autista é um desafio possível. A forma como ela apreende o mundo difere da forma como a maior parte das pessoas apreende. Neste sentido, a tão almejada “educação para todos” precisa se organizar de forma a reconhecer as especificidades dos sujeitos, as características singulares de “cada um.” (GONZAGA e BORGES 2018, p. 184).

A segunda pergunta do questionário foi referente ao uso do PDI. Perguntamos: Você acha que essa ferramenta auxilia na inclusão da criança com deficiência? Por que? E as professoras responderam:

Acho que as atividades na educação infantil têm que partir desse conhecimento do que é a educação infantil. Dentro da nossa realidade que é uma professora para uma turma com 20 a 25 alunos, poderia ter atividade individuais, mas com auxílio de mais uma professora no momento de desenvolver está atividade, para a criança com deficiência. Porque as demais crianças, que podem ser ditas como típicas, necessitam também de cuidados, por causa da faixa etária de 0 a 5 anos. (Professora Aline – turma de 04 anos)

Acho que ajuda, mas para o sucesso do nosso trabalho com essas crianças acontecer é preciso de um trabalho conjunto com outros profissionais. (Professora Kauane – turma de 03 anos)

Pode auxiliar, uma vez que direciona mais o olhar para a criança com deficiência. Porém, sempre acontece a avaliação da prática pedagógica para direcionar o planejamento de acordo com a realidade de cada turma. (Professora Magnólia, turma de 05 anos)

Sim, pois visa a acessibilidade e a inclusão do aluno ao ambiente escolar, de uma forma acolhedora e sem rótulos ou preconceitos. (Professora Sandra – turma de 05 anos)

É uma ferramenta importante na organização de uma escola inclusiva, pois orienta o profissional a elaborar, identificar e planejar recursos pedagógicos para os alunos com NEE. (Professora Carmélia – turma de 03 anos)

Com certeza, porque ele é feito de acordo com o indivíduo. Ele nos permite conhecer o aluno e sua trajetória de vida, principalmente nos ambientes familiar e escolar. Tomando conhecimento da sua história e das suas vivências, passamos a ter ciência de seus avanços e possibilidades, assim como também das suas limitações e dificuldades. Dessa forma posso adequar as atividades para que ele participe e avance, dentro das suas possibilidades, assim como os demais alunos da sua turma. Isso é incluir. (Professora Isadora – turma de 02 anos)

Embora trabalhem pautadas nas Diretrizes, Base Nacional Comum Curricular e outros documentos, acreditamos que eles por si só não garantem a inclusão da criança com deficiência. Por este motivo, sugerimos a confecção do PDI que orienta que

O princípio da equidade é o norteador desta proposta. A equidade adapta a regra para um determinado caso específico a fim de deixá-la mais justa. Portanto, incluir na escola significa propiciar ao aluno as condições de aprendizagem, ou como definimos neste artigo, propiciar uma situação de inclusão condizente com suas características individuais. (Gonzaga e Borges, 2018, p. 184).

A última pergunta do questionário foi: Você tem alguma sugestão quanto ao uso ou quanto ao formato do PDI em sua escola? E elas responderam:

Minha sugestão para que essa atividade seja de inclusão não excluindo nenhuma criança, com ou sem deficiência, tem que ter mais uma professora na sala. Para desenvolver uma atividade individual com uma criança com deficiência é necessário tempo. Sendo que na educação infantil as crianças não possuem concentração para ficar por muito tempo em uma mesma atividade. (Professora Aline- turma de 04 anos)

Na Educação Infantil os resultados do nosso trabalho são percebidos no dia a dia. Então é preciso dar início ao PDI ao começar do ano, (Professora Kauane – turma de 03 anos)

Sim. Ele pode ser utilizado também. A sugestão é em relação as habilidades ter além do sim (S) e não (N) uma outra opção de as vezes (AV). Ressalta-

se ainda que devido a diversidade de deficiência o instrumento pode contemplar nas habilidades observação para melhor adequação. (Professora Magnólia – turma de 05 anos)

No momento não tenho muito para contribuir pois comecei a usá-lo a pouco tempo mas gostaria de fazer uma observação, pois tive dificuldade em responder algumas das questões por considerar que o aluno ainda estava em processo na aquisição de algumas habilidades. Por isso sugiro que além do SIM e NÃO seja acrescentado algumas outras opções tais como: em construção avançando ou outras. (Professora Sandra – turma de 05 anos)

O PDI para a educação infantil deve ser utilizado com tempos diferenciados para cada deficiência e poderia ser feito no início do ano letivo e depois no final, considerando que a educação infantil possui etapas específicas para as crianças, ditas “normais” e as com NEE isso se torna mais complexo. Poderia acrescentar um item específico direcionado a área da saúde, parecer médico. (Professora Carmélia – turma de 03 anos)

Ainda é preciso estudar mais para saber que tipo de PDI seria mais apropriado para a Educação Infantil. Estudar e pesquisar, verificar as possibilidades. Registrar as estratégias que serão usadas de forma que proporcionem o seu desenvolvimento. Registrar o resultado da intervenção para saber se houve avanço ou não; se precisa criar novas estratégias ou não. (Professora Isadora – turma de 02 anos)

De acordo com as professoras Carmélia, Sandra e Magnólia, são necessários alguns ajustes para melhor adequar o uso do PDI na Educação Infantil. Acrescentar um espaço para o “Parecer médico”, colocar além das opções “**S**” para sim e “**N**” para não quanto as habilidades presentes na criança, “**AV**”, para às vezes, “**EC**” para Em construção. A professora considerou as observações pertinentes e afirmou que fará as modificações sugeridas a fim de dar funcionalidade ao instrumento para o próximo ano.

4.2 – Caixa de texto

No desejo de contribuir com a formação docente, a pesquisadora confeccionou uma caixinha para depositar textos, capítulos e/ou pesquisas que trouxessem como tema principal o Autismo. De acordo com os dados levantados na secretaria da escola, dez crianças apresentaram relatório médico confirmando diagnóstico de Autismo e existem outros dois que estão em fase de investigação. Nas reuniões pedagógicas, onde foi discutido este tema, as professoras expressaram sua condição de inexperiência para educar crianças com este diagnóstico e também se mostraram muito preocupadas com o aumento do número de casos. Muito sabemos do que se refere ao Autismo, aquele em que a criança não olha nos olhos, apresenta dificuldade

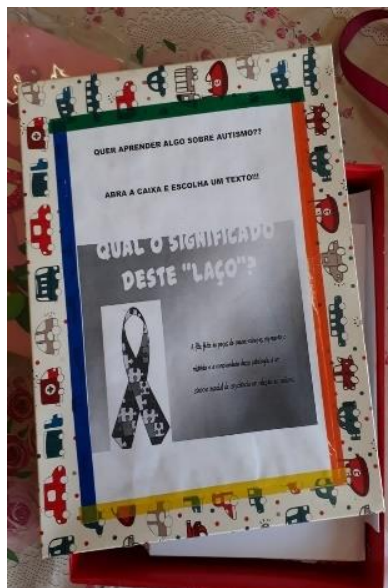
de interação, hipersensibilidade a sons altos, tem estereotípias e ecolalia (repetição da fala). Contudo, o que fazer? Como promover a aprendizagem dessa criança? Podemos intervir quando a criança fica repetindo a fala várias vezes? Podemos forçá-la a interagir com as outras crianças? Pode-se obrigar uma criança autista a permanecer no ambiente onde o som está alto?

Diante dos vários questionamentos, foram escolhidos textos que pudessem clarear esse cenário com dicas de comunicação alternativa a ser usadas com aquelas crianças que não verbalizam, além da criação de um Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) para todas as crianças com laudo médico indicando uma deficiência e também daquelas que estão em fase de investigação.

Os textos que ofereciam dicas para trabalharmos com as crianças autistas foram disponibilizados na caixa que ficou na sala das professoras, contudo a pesquisadora conhecendo alguns casos onde a verbalização das crianças era bastante comprometida, tirou uma cópia extra para entregar para algumas professoras. Sua surpresa foi grande ao entregar os textos para uma das professoras, e saber por ela, que os textos já haviam sido lidos. Em outra semana, quando foi adicionado mais um texto à caixa, outra professora questionou: *“Gostaria que tirasse um xerox para mim. Não consigo ler na sala das professoras e tendo um texto meu, levo para outra sala e estudo. Os textos são muito bons!”* Com essa fala, a professora Laura Louise, demonstrou que a caixa de textos estava tendo efeito. (Fala da professora em 12/08/19). Contamos também com a colaboração da professora Rafaela que trouxe um texto sobre autismo para contribuir com a caixa. Para Rafaela, que tem um aluno com autismo em sua turma de 2 anos, pesquisar sobre esse transtorno tem facilitado seu trabalho com a criança.

Ofertamos também uma cópia dos textos para as auxiliares de apoio ao educando. Acreditamos que toda a equipe bem informada, oferece melhor atendimento a criança ampliando o repertório de atividades e intervenções.

Figura 2 - Caixa de textos



Fonte: Arquivos da pesquisa

4.3 – Entrevistas

Receber duas crianças com deficiências diferentes, na turma de 3 anos não foi uma tarefa das mais simples. Houve questionamento da professora regente e da auxiliar antes mesmo de Beatriz começar a frequentar as aulas, pois esta, foi matriculada depois do início do ano letivo. A primeira criança a chegar na turma, possui diagnóstico de microcefalia. Faz atendimento especializado e aparentemente é muito bem acompanhada pelos pais. Beatriz, diagnosticada com Autismo no ano passado, frequenta então, uma escola pela primeira vez, e ainda não faz nenhum acompanhamento com profissionais especializados como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional e psicólogo, normalmente indicados diante desse diagnóstico.

A professora regente Kauane, percebeu na fala da mãe, que Beatriz foi matriculada na escola devido a obrigação legal e não por entender que a instituição é um lugar de produção de conhecimento e aprendizado:

A ajuda que eles acham que a Beatriz precisa era simplesmente pôr na escola, nem é porque eles acham que ela precisa, é porque eles acham que eles são obrigados, que eu já ouvi da boca da mãe dela que se ela pudesse ela ficaria em casa não estaria levando a menina para a escola. Então ela vê a escola como uma obrigação e não como uma coisa que vai tá ajudando a Beatriz, um direito, um lugar onde a Beatriz vai socializar, vai aprender, vai desenvolver ela traz a Beatriz por que? Porque se ela não trazer a Beatriz as pessoas vão cobrar dela que a Beatriz não está frequentando a escola. Então isso é uma coisa que eu fico muito chateada porque, porque eu queria que a mãe dela visse o quanto ela já está melhorando, o quanto desde que ela está aqui os progressos que ela fez, e todas as vezes que eu tive oportunidade de conversar pra falar sobre isso ela sempre me dá uma resposta negativa, então ela não vê a escola como um lugar positivo para a Beatriz, ela não vê

que a Beatriz tá desenvolvendo e quando ela pode não trazer, ela não traz, ela prefere não trazer (Professora Kauane).

A Portaria SMED 289/2016 garante a matrícula de crianças com deficiência, no artigo 22, afirmando que

Art 22 No decorrer do ano, será assegurada a matrícula compulsória:
 I - à criança com deficiência, assim como a seu irmão gêmeo, quando for o caso;
 II - aos irmãos gêmeos, quando apenas um deles for contemplado com a vaga;
 III - a todas as crianças da família sob Medida Protetiva, caso estejam na faixa etária da Educação Infantil. (BELO HORIZONTE, 2016)

A professora Kauane e a auxiliar de apoio ao Educando Emilly não possuem formação acadêmica específica para trabalhar com crianças com deficiência. Emilly, até o ano passado, trabalhava em uma turma de integral e era responsável por banhos, trocas e higienização das crianças. Por isso não participava das formações ofertadas semestralmente pelas Diretorias de Ensino, com palestras sobre inclusão.

Eu não lembro dessa matéria específica na faculdade, se teve, foi uma coisa muito pincelada, porque no meu curso de pedagogia eu não me lembro de tratar desse assunto com muita eficácia (Professora Kauane).

Eu tenho magistério e estou cursando pedagogia. (...) Eu fazia formação, mas no meu caso para auxiliar de sala, então é totalmente diferente né, o curso de inclusão com o de auxiliar de sala (Auxiliar de apoio ao educando, Emily).

Já a professora de apoio, Leticia, teve seu olhar despertado para a inclusão quando fazia uma disciplina que discutiu esse tema.

Lembrando aqui agora, quando eu fazia o normal superior, a gente da Unimontes tinha uma filosofia muito de inclusão do Paulo Freire, eu comecei gostar mesmo lá. Começou engraçado com uma dinâmica que o professor fez, vendou todos os olhos, todo mundo saiu pra rua de olhos vendados, pra rua mesmo, pra gente ter a sensação de como que é ser cego numa cidade e foi muito bom. despertou também em mim essa vontade de assistir, de ajudar e de estudar mais sobre isso (professora Letícia).

Toledo e Martins (2009) ressaltam que é importante que os professores busquem capacitação para trabalharem com crianças com deficiências. O Objetivo é aliar qualidade e equidade, pois

“[...] preventivamente, cabe examinar a formação inicial de todos os professores, de modo a assumirem a perspectiva da educação para todos ao longo de toda a trajetória profissional, aliando qualidade com equidade.” Pensamos que não basta receber tais alunos para a mera socialização, o que seria mais uma forma de exclusão, é necessário um atendimento que oportunize o desenvolvimento efetivo de todos, para isso, torna-se primordial que o professor tenha uma prática reflexiva e fundamentada. Que busque capacitar-se, visto que somente a formação inicial pode não ser suficiente para o enfrentamento de questões tão sérias e por vezes difíceis de lidar. O

art. 18 Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica dispõe sobre os professores e sua formação para atuar no contexto inclusivo: [...] professores capacitados e especializados, conforme previsto no artigo 59 da LDBEN [...] a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura de graduação plena. (TOLEDO e MARTINS 2009, p.77).

A professora Kauane, relatou que ao ser nomeada para trabalhar na rede municipal de Belo Horizonte, acreditava que iria passar por constantes formações em serviço, principalmente com a temática Inclusão, e que isso favoreceria seu trabalho com as crianças, especialmente as com deficiência. Contudo, às vezes em que participou de alguma palestra, foram tratados assuntos repetidos e que não a levaram a uma resposta mais direta sobre como trabalhar com inclusão:

Quando passei no concurso da prefeitura, eu achei assim que a prefeitura era o lugar que a gente ia, maravilhosamente ia ter muitos frutos, palestras, que a gente ia ter isso e aquilo, e eu não acho que tem muita coisa voltada pra ajudar a gente, principalmente na prática com a criança, às vezes você vê muitas teorias igual eu já vi algumas palestras que teve na prefeitura sobre inclusão, aí 'cê' vai com uma visão achando que aquilo ali vai te ajudar, eles falam as mesmas coisas que você já tá repetidamente sabendo, não tem nada assim, bem prático, né, mas eu também não sei se existe uma receita de bolo, às vezes a gente tá procurando uma receita de bolo que ela não existe. (Professora Kauane).

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, prevê no artigo 58, parágrafo terceiro que a Educação Especial deve ser ofertada já na Educação Infantil, compreendida entre zero e seis anos de idade. As Diretrizes descrevem ainda o que é Educação Especial e relata que se necessário, a criança poderá contar com serviço de apoio especializado.

Entende-se por Educação Especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviço de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular.

§ 3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, têm início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (BRASIL, 2001, p. 12)

A professora Kauane, diferencia Educação Especial de Educação Inclusiva. Em sua concepção, Educação Especial era aquela que atendia as crianças com deficiência

em um espaço que não era a escola regular e contava com especialistas da saúde para atender as crianças. Já a Educação Inclusiva, é a que ocorre hoje na rede pública, onde as crianças com deficiência foram matriculadas no Ensino Regular.

Educação especial, eu vejo que era aquela educação especializada que dava antigamente nas escolas tinha um profissional, tinha uma escola voltada só pra eles né, e lá tinha as especificações, tinha fono, tinha psicólogo, tinha os atendimentos, que eu tenho uma irmã que tem síndrome de down ela participou dessa escola, e a inclusiva é quando eles tiraram dessas escolas né, especiais, e incluíram junto com as outras crianças, de ensino regular (Professora Kauane).

Segundo a professora Leticia, a Educação Especial, exige um olhar diferente e mais acolhedor com a criança e com a família

O ensino especial ele traz uma demanda de um acolhimento maior para essa pessoa, de um olhar diferente, de uma atividade, de uma compreensão, de um trabalho com a família, tudo é uma coisa assim, é um trabalho que a gente tem que ter mais cuidado (Professora Leticia).

Emilly diz não perceber diferença entre esses dois tipos de Educação: “Eu acho que é a mesma coisa” (Emily). As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, institui que:

A política de inclusão de alunos que apresentam necessidades educacionais especiais na rede regular de ensino não consiste apenas na permanência física desses alunos junto aos demais educandos, mas representa a ousadia de rever concepções e paradigmas, bem como desenvolver o potencial dessas pessoas, respeitando suas diferenças e atendendo suas necessidades. (BRASIL 2001, p. 28)

Sendo assim, incluir as crianças com deficiência, no ensino regular, traz desafios para os profissionais e um ganho ainda maior para os colegas de turma. A professora Kauane, percebe que os demais alunos tentam se aproximar de Beatriz e compreender suas necessidades. Eles brincam com ela, convivem bem e com isso a sociedade como um todo alcança êxito.

A gente consegue ver que as outras crianças hoje aceitam mais a presença, as meninas tem carinho com a nossa aluna. Então eu acho que ganhou a criança que tem a deficiência, mas ganhou a sociedade em si de poder conviver e ver que dá pra ser amiga, que dá pra brincar com elas também. (Professora Kauane).

Emilly diz que incluir a criança com deficiência na turma de ensino regular e ver ela participando com as outras crianças é o que mais lhe encanta.

Essa questão, de você mesmo incluir a criança. Tá junto com ela em todas as atividades de sala, brincadeiras. Isso que eu acho isso a parte mais interessante da criança (Emiliy).

Para uma intervenção mais assertiva, foi sugerido pelo professor orientador, que apenas uma das duas crianças da turma de 03 anos, fosse foco deste trabalho e para tanto, escolhemos Beatriz, a criança diagnosticada com Autismo. O TEA, Transtorno do Espectro Autista apresenta uma série de variações quanto as suas características. O diagnóstico é feito através de observações clínicas que levam em consideração a comunicação verbal, a interação e algumas atitudes comportamentais como movimentos estereotipados e ecolalia.

O autismo na verdade, refere-se a um conjunto de características que podem ser encontradas em pessoas afetadas dentro de uma gama de possibilidades que abrange desde distúrbios sociais leves sem deficiência mental até a deficiência mental severa. (BRASIL, 2004, pág. 14)

A professora Kauane, diante das variadas manifestações do Autismo, relata sua dificuldade em trabalhar com crianças que apresentam esse diagnóstico.

Cada criança de autismo que eu conheço ela é de um jeito ; eu acho que é uma síndrome bem complicada de você mexer , porque , porque não tem uma especificação da criança. Que a criança com Síndrome de Down ,todas que eu conheci , todas tem as mesmas referências são bem parecidas e é uma coisa que pra mim, não sei se é por causa da Renata minha irmã , eu não tenho medo de mexer com Síndrome de Down uma coisa bem conhecida pra mim ,agora o que eu tô vendo com a Beatriz , eu aprendo com ela todos os dias, porque , porque ela é diferente do Gustavo ano passado que era autista , ela é diferente de uma outra criança que eu também fiz projeto que era da sala da Andreia, mas nenhum deles que eu conheci são iguais . Eu acho que é uma síndrome que você tem que ver no individual, pode ter uma característica de um, uma característica que bate com o outro, mas eles são bem diferentes, pode ser pelo nível também (Professora Kauane).

Ainda relatando sobre as dificuldades para trabalhar com a criança autista, a professora Kauane diz sobre a falta de materialidade específica para atender Beatriz e também cita sua falta de conhecimento sobre o transtorno. A auxiliar da turma, procura produzir materiais com os recursos presentes na escola, ao perceber o interesse da criança para algo.

Primeiro de tudo é falta de material né. (...). Eu sei que ela gosta de livros sim, mas eu vou ficar oferecendo ela só o que ela gosta? Só o que tem aqui né, primeiro a falta de material, a falta de informação que realmente ne eu não tenho, tem que tá correndo atrás (Professora Kauane).

Não falo brinquedo de comprar, nem nada não. Às vezes a gente vê alguma coisa de cores por exemplo. Eu peguei uma caixa e coloquei palitos de picolé

dentro. E ai eu percebi que ela interessou de jogar os palitos dentro da caixa. Ai eu falei, eu vou pintar os palitos de cores, para ela poder conhecer as cores. Agora ela já tá conhecendo as cores (Emily).

O Parecer CNE/CEB 17/2001 deixa claro que...

“cabe a todos”, principalmente aos setores de pesquisa e às universidades, o desenvolvimento de estudos na busca de melhores recursos para auxiliar/ampliar a capacidade das pessoas com necessidades educacionais especiais de se comunicar, de se locomover e de participar de maneira, cada vez mais autônoma, do meio educacional, da vida produtiva e da vida social, exercendo assim, de maneira plena, a sua cidadania. (BRASIL, 2001, pág 04

Tratando um pouco mais sobre o atendimento dado a Beatriz na escola, perguntamos para as professoras e para a auxiliar, sobre as estratégias que utilizam para incluir a criança na turma. Kauane e Emilly relataram que deixam a criança livre e Leticia disse buscar um equilíbrio na conduta com Beatriz.

Mas o que eu faço para incluir a Beatriz é, primeiro eu deixo ela bem à vontade, eu não forço ela a um tipo de situação que eu vejo que ela não quer, eu não sou de falar: a senta aqui na cadeirinha, senta aqui na rodinha, senta aqui com os brinquedos, não, eu deixo ela se aproximar dos meninos (Professora Kauane).

O meu trabalho, eu deixo a criança livre. Todas as brincadeiras dentro de sala e atividades independente do modo que ela faça, eu deixo ela fazer (Emily).

Tem uma estratégia de a gente ter o equilíbrio né, ir naquela questão trabalhar o limite da criança (Professora Letícia).

Novamente à luz das Diretrizes, percebemos que se faz necessário um movimento de intencionalidade educativa para incluir as crianças com deficiência, pois

A inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, em classes comuns, exige que a escola regular se organize de forma a oferecer possibilidades objetivas de aprendizagem, a todos os alunos, especialmente àqueles portadores de deficiências. (BRASIL, 2001, p. 18).

Ainda são necessários muitos estudos e pesquisas para buscar o melhor atendimento para as crianças com deficiência na escola. Contudo percebemos que o mais importante é o desejo de contribuir com o aprendizado da criança. Afinal, toda criança aprende, mas no seu tempo!

4.4 – Oficina de construção de materiais

Durante as discussões realizadas com as professoras a luz dos textos propostos para estudo, foi levantada a possibilidade de realizar uma oficina para confeccionar materiais para trabalhar com as crianças com deficiência. Uma das docentes lembrou

o fato das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), contar com um diversificado material de inclusão do ponto de vista pedagógico. Entramos em contato com professora Ariane Dantas Pinto, da Escola Municipal Cora Coralina que acompanha a nossa escola e organizamos uma oficina. O objetivo foi confeccionar materiais para trabalhar com as crianças com Autismo.

Reunidas em pequenos grupos, as professoras confeccionaram tabelas, jogos, diversificados quebra-cabeças, atividades de escrita e raciocínio lógico.

Finalizada a oficina e observando tudo o que confeccionado, as docentes concluíram que os materiais são facilitadores de aprendizagem não só para as crianças com deficiência, mas para todas.

Figura 3- Material confeccionado na oficina



Fonte: Arquivos da pesquisa

4.5 – Escola de pais

Com a pretensão de estender aos pais um pouco dos nossos estudos e reflexões sobre inclusão, retomamos em nossa escola, o projeto “Escola de Pais”. Uma vez por mês, os pais foram convidados para participar de uma palestra ou roda de conversas com pessoas da comunidade ou palestrantes convidados que falaram sobre Autismo, Empoderamento feminino, Aprendendo a conhecer e a lidar com as diferenças, Igualdade racial, Inclusão na perspectiva da legislação: Dever ou necessidade?, A

solidão das mães especiais entre outros. Buscou-se propor aos pais oportunidades de reflexão diante das várias formas de exclusão que vivenciamos no mundo, que por vezes é naturalizada.

Para tratar da temática autismo, convidamos uma mãe, parceira da escola, graduada em psicopedagogia que após receber o diagnóstico de TEA de sua filha, partilhou com a comunidade escolar, a experiência de lidar com esse espectro que tanto assusta e ainda é desconhecido por muitos pais. Quanto a igualdade racial, o objetivo foi valorizar a cultura negra e repensar atos e expressões que inferiorizam a maior parte da população brasileira. “Acreditamos que uma criança fortalecida pela família e pela escola quanto aos valores de sua cultura, dificilmente sentir-se-á diminuída frente a outras etnias”, fala de Paulo Henrique Maia Melgaço, um dos palestrantes da Escola de Pais.

Este evento foi muito elogiado pela comunidade escolar que pôde acompanhar e também repensar sobre a inclusão.

No dia 02/05/2019 foi publicada na intranet da educação da prefeitura de Belo Horizonte, uma matéria referente a nossa escola de pais. O título é “Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati promove palestra sobre autismo.” No texto é relatado o nosso projeto institucional deste ano e o início das palestras e encontros com os pais.

SOUZA 2009 citando PAROLIM 2003 ressalta sobre a importância da parceria da escola com a família na perspectiva de preparar as crianças para o mundo.

[...] tanto a família quanto a escola desejam a mesma coisa: preparar as crianças para o mundo; no entanto, a família tem suas particularidades que a diferenciam da escola, e suas necessidades que a aproximam dessa mesma instituição. A escola tem sua metodologia e filosofia para educar uma criança, no entanto ela necessita da família para concretizar o seu projeto educativo. (SOUZA 2009 pg. 99 apud PAROLIM, 2003)

A escola convidou também, um pedagogo que tem paralisia cerebral para palestrar no penúltimo encontro deste ano da escola de pais. A ideia é relatar os caminhos enfrentados no percurso da vida profissional e acadêmica e como superou o preconceito e outras dificuldades.

Para encerrar a “Escola de Pais” deste ano, a EMEI pretende promover um chá com as famílias a fim de avaliar os encontros e reflexões promovidas.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inicialmente pretendíamos contribuir de maneira efetiva na inclusão de Beatriz, uma criança autista, recém diagnosticada e com uma família muito simples.

Instruir os pais dentro dos conhecimentos pedagógicos para buscar atendimento especializado para Beatriz, foi uma das primeiras propostas executadas neste trabalho. Contudo, no decorrer da pesquisa, muitas barreiras se levantaram e acabaram por prejudicar o processo. O pai de Beatriz sofreu um princípio de infarto que fez com que a criança faltasse muitos dias à aula. A mãe relatou uma dificuldade financeira extrema para levar a criança para os atendimentos inicialmente encaminhados pelo posto de saúde. Devido ao sono muito irregular da criança, esta por diversas vezes também faltou à aula pois adormecia após o almoço inviabilizando a vinda para escola.

Contudo tivemos avanços bastante significativos. A mãe voltou ao posto de saúde e foi direcionada para os órgãos responsáveis para dar entrada no processo para aquisição da Bolsa de Prestação Continuada garantida pela Lei 8742/93 (Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS). E no mês de novembro iniciou atendimento multidisciplinar no SESC Serra Verde com especialistas como Terapeuta Ocupacional, Psicologia e retomou o atendimento com fonoaudiólogo, que havia sido suspenso devido ao comportamento de Beatriz nas consultas não dar espaços para as investidas do profissional para tratá-la. Sugerimos que a escola continue mantendo contato estreito com a família e com a equipe da saúde para assim favorecer o atendimento a Beatriz na instituição.

A Caixa de textos se mostrou como possibilidade real e dinâmica de formação continuada em serviço, em especial na perspectiva da educação inclusiva, pois fornece conhecimento atualizado e acessível na sala dos professores sem demandar um horário extraclasse para que o estudo aconteça.

Percebemos a importância do constante diálogo da coordenação pedagógica com as professoras na elaboração do PDI. Como esta foi a primeira vez que tivemos contato com esta ferramenta, faremos os ajustes sugeridos pelas professoras para utilizá-lo já no início do próximo ano. Ressaltamos a necessidade de um acompanhamento da coordenação para que o PDI não caia no desuso e para que

seja o primeiro material acessado ao fazer o planejamento das atividades diárias e semanais com as crianças.

Devido a flexibilidade que a função de coordenador pedagógico apresenta dentro do contexto escolar, compreendemos que este profissional pode ser o eixo de busca de novos saberes docentes sobre a inclusão. Uma vez em contato com a família e de posse das observações das professoras quanto a possibilidades e dificuldades no trabalho diário com as crianças com deficiência, o coordenador tem a possibilidade de pesquisar e buscar contato com profissionais e outros conhecimentos e repassar para as professoras nas formações em serviço, não sendo necessário utilizar outros horários para cursos.

Outra possibilidade que a função do coordenador permite, é reunir-se com os profissionais da saúde e articular o atendimento prestado à criança. Dicas e sugestões de como lidar com “birras”, baixo limiar a frustrações, dificuldade na fala e interações com os colegas, facilitam o desenvolvimento das crianças e conseqüentemente promove seu avanço escolar.

Quando assumimos um cargo de professor trazemos conosco aquilo que vivenciamos enquanto alunos e nos espelhamos em nossos mestres para conduzir a nossa turma. Contudo a dinâmica da vida contemporânea nos impulsiona a buscar mais conhecimento a todo momento e ao mesmo tempo esse mesmo dinamismo não nos oportuniza um estudo, uma reflexão sobre o nosso trabalho diário. No decorrer das intervenções na EMEI, percebi o quanto a ponte que foi construída entre a coordenação e professoras contribuiu para o meu crescimento pessoal e profissional. Pessoal por buscar compreender a estrutura que cada professor possui e propõe em seu trabalho. Conviver com a diversidade não é algo fácil, mas é enriquecedor. Profissional porque uma vez sendo multiplicador de conhecimentos, amplia o meu conhecimento técnico e conseqüentemente eleva o nível do meu trabalho e da escola como um todo.

6 - REFERÊNCIAS

BELO HORIZONTE 2017. **Projeto Político Pedagógico 2017** – Escola Municipal Antônio Gomes Horta e Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati.

BELO HORIZONTE. Diário Oficial do Município. Portaria SMED 289/2016. Secretaria Municipal de Educação. 2016

BELO HORIZONTE. Diário Oficial do Município. **Lei 7543**. Secretaria Municipal de Educação. 2017. Disponível em: <https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237454/lei-7543-98>. Acesso em 23/10/19]

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96**. Brasília. MEC,1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial. MEC; SEESP, 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei Nº 12764 Institui a Política Nacional dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Brasília, MEC, 2012.

BORGES, Adriana A. P.; NOGUEIRA, Maria L. M. (org); **O aluno com autismo na escola**. Campinas (SP): Mercado das letras, 2018- (série Toda criança pode aprender/ coordenação Adriana Araújo Pereira Borges, Regina Helena de Freitas Campos)

CARNEIRO, Verônica L.; MOREIRA, Carlos J. M.; SOUZA, Michele B. de. **O coordenador pedagógico no atual contexto educacional: atribuições no âmbito da escola pública**. In: COLARES, Maria Lilia I. S.; DUARTE, Eliane Cristina F.; ROCHA, Solange Helena X.; In: Coordenação Pedagógica: vivências no cotidiano da escola. 1ª Ed. Brasil: CRV, 2014. 234p

MEC, SEESP. **Saberes e práticas da inclusão: dificuldades acentuadas de aprendizagem: autismo / coordenação geral** - Francisca Roseneide Furtado do Monte, Idê Borges dos Santos – reimpressão - Brasília: MEC, SEESP: 2004. 64p. (Educação Infantil:3)

MYERS, Vernã A. Moving Diversity Forward: How to Go From Well-Meaning to Well-Doing. 2012

PEREIRA, Maria do C. B.; COSTA, Sinara A. da. **O papel do coordenador pedagógico na construção de boas relações entre família e escola**; in: In: Coordenação Pedagógica: vivências no cotidiano da escola. 1ª Ed. Brasil: CRV, 2014. 234p

REIS, Lúcio Mauro do. **Desenvolvimento e aprendizagem de estudantes autistas: perspectivas da educação inclusiva.** In: RANGEL, A.; REIS, L.M.; SOUZA, S.F.; PATROCÍNIO, F. F. **O que as escolas precisam saber sobre as diferenças?** : Reflexões sobre a inclusão de estudantes com deficiência.01.ed. Belo Horizonte: Crivo editorial,2018.v. 400. 210 p.

REIS, L.M.; OLIVEIRA, L. **A inclusão escolar de crianças e adolescente com deficiência intelectual: sob a visão social.** In: Sociedade inclusiva: O discurso sobre os outros e as práticas sociais, 2010, Belo Horizonte.

SOUZA, Maria Ester do Prado. **Família / Escola: A importância dessa relação no desempenho escolar.** Paraná, 2009.

TOLEDO, Elizabete H.; MARTINS, João B. **A atuação do professor diante do processo de inclusão e as contribuições de vigotsky.** IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE. PUCPR. 2009. Disponível em https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2009/3298_1675.pdf

ANEXO

Anexo A - Matéria da intranet sobre a Escola de Pais com o tema Autismo

Municipal de Educação Infantil Itamarati...

<http://intranet.educacao.pbh/acontece-na-es>



Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati promove palestra sobre autismo

postado por janaindefaria | qsl, 04/05/2019 - 15:58

A escola contou com relato de psicopedagoga que tem uma filha autista, e com a participação de professoras e auxiliares de educação

No dia 29 de março, a Escola Municipal de Educação Infantil Itamarati, da regional Venda Nova, promoveu uma palestra sobre autismo. Neste ano, a EMEI está trabalhando em um projeto cujo tema é a inclusão; desse modo, os alunos vêm sendo conscientizados sobre a importância do respeito às diferenças (étnicas, físicas, religiosas, de orientação sexual, entre outras). Ao mesmo tempo, a instituição conta com o projeto Escola de Pais – proposta que visa trazer a comunidade para dentro da escola. Como no dia 2 de abril é celebrado o Dia Mundial de Conscientização do Autismo, a equipe resolveu unir a data aos dois projetos, originando, assim, o evento.

A palestra contou com a apresentação da psicopedagoga Marissandra Freitas, que é especializada no transtorno e tem uma filha autista que estuda na Emei Itamarati. Marissandra relatou sua experiência ao descobrir ser mãe de uma criança autista e contou sua trajetória em busca de atendimentos especializados e de estudos pessoais sobre o tema. A pedagoga apresentou aos pais e à comunidade escolar características que marcam o autismo, como dificuldade de interação, extra sensibilidade a sons e texturas, ecolalia (que é a repetição de palavras ou frases quando a criança é interrogada), entre outros assuntos. A mãe falou ainda da importância da Emei em sua vida e na vida de sua família. Marissandra expôs que na Emei Itamarati as professoras Thais Monteiro e Sílvia Pereira estão fazendo um excelente trabalho com sua filha, sendo firmes e carinhosas na medida certa, o que resulta em um desenvolvimento e comportamento compatíveis com a turma. Por fim, a palestrante ressaltou a importância da comunicação entre os pais e a escola.

O evento contou também com a participação de professoras e auxiliares de apoio. De acordo com a escola, a palestra foi prestigiada por muitas famílias, inclusive por aquelas que não têm crianças autistas: "Isso muito nos motiva e reforça nossa crença de que o conhecimento promove o respeito. Para os próximos encontros da Escola de Pais, estamos articulando com representantes de outros segmentos da sociedade civil, que de alguma maneira estejam envolvidos com a temática da inclusão", ressaltou Janaina Nogueira, que é a coordenadora geral da Emei. Janaina expôs também que "para respeitar é preciso conhecer! Queremos proporcionar às nossas crianças o conhecimento necessário em busca de uma sociedade melhor". A professora Viviane Menezes comentou: "A escola é para todos, independente das condições e características de cada pessoa. Nossas ações educativas têm como eixo o convívio com as diferenças. Ao falar de inclusão em nossa escola, estamos falando de mudança social para lidar e aprender com a riqueza da diversidade". Por último, a professora Laura Divina afirmou "Achei excelente! Muito boa também foi a grande participação de mães e pais".



intranet.pdf



APÊNDICE

Apêndice A - Entrevista com a família

1. Você gostaria de usar um codinome para responder essa entrevista?
2. Qual?
3. E para Beatriz?
4. Quantos filhos você tem?
5. Gostaria que você me contasse como foi a gravidez da Beatriz?
6. E os primeiros anos de vida dela?
7. Quando vocês perceberam que a Beatriz era especial?
8. Recentemente, a Beatriz recebeu um laudo de autismo? Como foi o processo?
9. Como vocês reagiram ao laudo?
10. A Beatriz recebe atendimento especializado de algum profissional (médico, psiquiatra, psicólogo, terapeuta ocupacional, fisioterapeuta, ortopedista, etc.)?
11. E tem sido bom para ela?
12. Vocês poderiam me passar o contato destes profissionais?
13. Você acredita que se Beatriz recebesse atendimento de outros profissionais especializados seria bom para o desenvolvimento dela? Por quê?
14. Como foi a adaptação de Beatriz a rotina escolar?
15. A equipe da Diretoria de Inclusão da prefeitura oferece algum apoio em relação ao desenvolvimento de Beatriz?
16. O que você entende por educação inclusiva?
17. Você conhece o AEE? Sabe como funciona?
18. Qual a sua expectativa em relação ao desenvolvimento educacional de Beatriz?
19. Como você avalia o atendimento recebido pela Beatriz em nossa escola?
20. Há algo que você gostaria de acrescentar?

Apêndice B- Entrevista com as professoras

1. Você gostaria de usar um codinome para essa entrevista? Qual?
2. Gostaria de saber como você se tornou professora?
3. Qual a sua formação?
4. Há quanto tempo atua na educação?
5. Como a inclusão de crianças deficientes entrou em sua trajetória acadêmica e profissional?
6. Pra você há diferenças entre educação especial e educação inclusiva?
7. O que você acha positivo na Educação Inclusiva?
8. Na sua formação profissional, você recebeu orientações/instruções de como lidar com alunos com deficiência?
9. E no caso do autismo? Como você definiria o autismo?
10. O que você sabe sobre a inclusão da criança autista?
11. Como você percebe a criança de sua turma que recentemente recebeu laudo de autismo?
12. A criança se comunica?
13. A família desta criança realiza algum atendimento especializado? Qual(is)?
14. Você gostaria de entrevistar a família desta criança comigo?
15. Que perguntas vocês gostariam de fazer para a família sobre a criança autista?
16. Quais as principais dificuldades você encontra no dia a dia para desenvolver seu trabalho com a Beatriz?
17. De que maneira a auxiliar de apoio ao educando atua na sua sala?
18. Como você acha que a escola pode contribuir para dar melhor condições pedagógicas para o atendimento a Beatriz?
19. Há algo que você gostaria de acrescentar?

Apêndice C – Entrevista com a auxiliar de apoio ao educando

- 1- Você gostaria de usar um codinome para responder a essa entrevista? Qual?
- 2- Qual a sua formação?
- 3- Na sua formação você recebeu orientações/instruções de como lidar com alunos de inclusão?
- 4- O que você entende por educação especial e educação inclusiva?
- 5- O que você acha positivo na educação inclusiva?
- 6- O que você acha de negativo na educação inclusiva?
- 7- Descreva como é seu trabalho com as crianças com deficiência.
- 8- A equipe de inclusão da PBH oferece algum subsídio ao seu trabalho com crianças deficientes?
- 9- Você encontra alguma dificuldade nas suas atividades junto à criança de sua responsabilidade?
- 10- Você tem recebido apoio pedagógico durante o período que exerce suas funções?
- 11- Você acredita que a escola pode te auxiliar de alguma forma para melhorar o seu atendimento a criança? Como?
- 12- Você acredita que Beatriz é incluída na turma? Explique

Apêndice D- Questionário sobre o PDI



CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM FORMAÇÃO DE EDUCADORES PARA EDUCAÇÃO BÁSICA

ACPP	Análise Crítica da Prática Pedagógica
Prof. Dr	Sandro Vinicius Sales dos Santos
Data de entrega	24 de setembro

Estudante: Janaina André de Souza Nogueira

Prezada Professora, gostaria de pedir sua contribuição na avaliação do PDI (Plano de Desenvolvimento Individual) desenvolvido em sua escola. Para iniciar a nossa conversa, escolha por favor um nome fictício que usaremos em nossa pesquisa para identificá-la:

Nome:

- 1- Como você avalia o uso do PDI para as crianças com deficiência de sua turma? Justifique.
- 2- Você acha que essa ferramenta auxilia na inclusão da criança com deficiência? Por que?
- 3- Você tem alguma sugestão quanto ao uso ou quanto ao formato do PDI em sua escola?